



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE LETRAS

ENSINO DE LIBRAS PARA ALUNOS OUVINTES NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

Julia Klem Semêdo

Rio de Janeiro

2019

JULIA KLEM SEMÊDO

ENSINO DE LIBRAS PARA OUVINTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Letras na habilitação Português/Literaturas.

Orientadora: Professora Doutora Valeria Fernandes Nunes

RIO DE JANEIRO
2019
FOLHA DE AVALIAÇÃO

JULIA KLEM SEMÊDO

DRE: 113168339

ENSINO DE LIBRAS PARA OUVINTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Letras: Português-Literaturas.

Data da avaliação: ___/___/___

Banca Examinadora:

NOTA: _____

Valeria Fernandes Nunes – Orientadora – Presidente da Banca Examinadora
Professora Doutora. UFRJ – SIAPE 2326210

NOTA: _____

Fernanda Grazielle Aparecida Soares de Castro - Leitor Crítico
Professora Mestre. UFRJ – SIAPE 1032082

MÉDIA: _____

Assinatura dos avaliadores:

Semêdo, Julia Klem.

Ensino de Libras para ouvintes na educação básica

Orientador: Valeria Fernandes Nunes

Monografia (graduação em Bacharel em Português – Literaturas) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes,
Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 32-34

1. Ensino Libras. 2. Educação Básica

Semêdo/ Julia Klem II. Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Faculdade de Letras, 2019 III. Ensino de Libras para ouvintes na
educação básica

AGRADECIMENTOS

A caminhada até aqui não foi fácil, por isso, primeiramente, agradeço a Deus por ser a base que me manteve de cabeça erguida e me mostrou a melhor direção a ser seguida, mesmo nos momentos em que eu me encontrava sozinha. Acreditar foi de extrema importância para continuar, sem a minha fé, provavelmente esse dia não seria possível.

Um agradecimento especial a minha irmã, Jéssica Klem Semêdo, por não me deixar desistir e sempre me incentivar, mesmo em momentos de dificuldades. Agradeço a minha mãe e ao meu pai que sempre fizeram e fazem de tudo para que eu tenha um futuro digno e saiba crescer com meus próprios passos. Em especial ao meu pai, Wilson Ferreira Semêdo, que me dava caronas quando eu acordava atrasada e me ajudava a não perder aula: Pai você também foi uma peça fundamental para a minha formação hoje! À minha mãe, Ivanete Cutis Semêdo que me cobrava apenas a dedicação aos estudos e sempre me apoiou lendo meus trabalhos e se enchendo de orgulho.

À minha família como um conjunto: vocês são essenciais em minha vida. Isso tudo é por vocês e para vocês também. Obrigada por todo esforço de cada um, por sempre acreditarem e por sempre me apoiarem em minhas escolhas, vocês tornaram tudo mais fácil.

Agradeço à minha prima Kássia Semêdo Rabite, que pediu o seu nome no agradecimento, e mesmo assim merece o seu reconhecimento nessa caminhada, ela que passou pelo mesmo momento que eu meses antes e, ainda que a 253 km de distância, sempre esteve presente em minha vida. Obrigada por todo apoio, se não fosse você, eu nem escreveria esses agradecimentos.

Gratidão por todos os professores e professoras que cruzaram o meu caminho, desde a escola, até a minha formação superior, mas principalmente aos docentes da Faculdade de Letras por serem indispensáveis na construção do meu ideal de mundo sem imporem verdades absolutas. O mundo precisa de mais seres humanos assim.

Em especial, agradeço à Professora Valeria Nunes Fernandes, por ser sempre solícita e paciente em ser minha orientadora nesse trabalho de conclusão de curso. Ela que nos 45 do segundo tempo me despertou o interesse com o estudo de Libras. O que desencadeou a escolha do meu tema para a realização desta monografia. Obrigada por tanto.

Por fim, agradeço a Faculdade de Letras, ainda que muitas vezes sendo um lugar em que eu não queria estar, me possibilitou enxergar um mundo novo, de muitas possibilidades e com uma diversidade que eu desconhecia. Novas experiências são necessárias para o crescimento e a Faculdade de Letras, sem dúvidas, foi o lugar que me fez crescer não só academicamente, mas como ser humano. Todo mundo deveria frequentar a Faculdade de Letras - UFRJ. Eu estou formada para enfrentar a vida!

Ao Universo deixo aqui minha muitíssimo obrigada!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Configuração de mão	11
--------------------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 Língua Brasileira de Sinais.....	10
1.1 Comunidade Surda	13
1.2 Barreiras de comunicação.....	19
2 Educação Básica.....	21
2.1 Políticas Públicas	25
3 Metodologia.....	27
4 Análise de dados.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	32

INTRODUÇÃO

Mesmo com o aumento do acesso à informação, por meio das tecnologias, muito pouco se fala sobre as questões relacionadas ao ensino de Libras, não somente nas escolas, mas, em geral, na sociedade. Este trabalho consiste na conscientização da importância do ensino da Língua Brasileira de Sinais para extensão do conhecimento, com finalidade qualificativa de integração e interação entre os indivíduos surdos e ouvintes no meio social.

Essa prática é fundamental para que indivíduos surdos sejam incluídos com dignidade na sociedade. A proposta de conscientização parte do princípio de que cidadãos surdos, independentemente do nível (leve, moderado ou grave), possam ter mais acessibilidade e facilidade em resolver tarefas do cotidiano. Para isso, o primeiro passo a ser dado deve ser dentro das escolas, desde a educação básica, tornando possível o despertar do interesse de aprender uma nova linguagem e ampliando o nível de comunicação entre as pessoas.

Esse tema de pesquisa foi pensado junto às questões, para as quais, uma pessoa surda tenha sua total autonomia e seja capaz de resolver situações diretamente com alguém que compreenda sua língua e possa atendê-la de maneira adequada.

Trata-se de um projeto de alcance abrangente que possibilite à pessoa surda a realizar tarefas simples como receber atendimento em um hospital, em uma delegacia, caso necessite, de forma digna, ou até mesmo, em um supermercado ou padaria, por exemplo, pois, segundo esse estudo, haverá pessoas capacitadas para tal atendimento.

Esse trabalho tem como objetivo geral desmistificar que o ensino de Libras deve ser feito apenas em escolas especiais, para alunos que necessitam do uso da língua de sinais para a comunicação, e incentivar o ensino em escolas comuns para que a inclusão seja uma realidade vivida dentro e fora das escolas e, além disso, seja expandida entre os diversos meios sociais de convivência. Como objetivo específico, iremos analisar a história da Língua.

Brasileira de Sinais e os itens necessários para a compreensão da importância desse ensino nas escolas de educação básica.

O que se pressupõe com esse estudo é enfatizar a importância do ensino de Libras na educação básica, principalmente, em escolas comuns, as quais a maior parte dos alunos são ouvintes, logo, objetiva-se mostrar para esses alunos a importância da inclusão dentro da sociedade. Acredita-se que uma boa base escolar é imprescindível para a formação de cidadãos mais conscientes e mais humanos.

Esta monografia trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, dividida em quatro capítulos, nos quais o primeiro aborda a Língua Brasileira de Sinais com sua história, gramática e legislação, dividido em duas seções em que abordaremos a comunidade surda, contando um pouco sobre identidades e culturas surdas. No segundo capítulo, discorreremos sobre a educação básica e seus objetivos e transformações ao longo dos anos, descrevendo políticas públicas que contribuem para a formação do currículo escolar. No terceiro capítulo, apresentaremos a metodologia utilizada para a realização desse trabalho. No quarto capítulo, mostraremos a análise de dados obtidos com a pesquisa de 10 artigos que abordam o tema deste trabalho e, então, finalizamos com as considerações finais da pesquisa.

1. Língua Brasileira de Sinais (Libras)

A Língua Brasileira de Sinais, popularmente conhecida como Libras, tem registros no período colonial quando Dom Pedro II convidou o conde Francês Hernest Huet, que era surdo, para fundar a primeira escola de ensino de Libras do Brasil, que inicialmente chamava-se Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Por conta da vinda do conde Francês, podemos explicar a influência do idioma francês e da Língua de Sinais Francesa - LSF, presente nos sinais criados para a comunicação. Assim como a Língua Portuguesa falada pelo povo brasileiro tem sua origem no Português Europeu, a Libras, que já havia, previamente, também recebeu influências da LSF, estabelecendo assim a Língua Brasileira de Sinais.

Dessa maneira podemos afirmar que a Libras, sendo uma língua viva tem suas particularidades nas estruturas gramaticais que constroem o seu sistema para a comunicação. Nesse caso, a Língua Brasileira de Sinais também possui uma gramática específica:

A Libras é dotada de uma gramática constituída a partir de elementos constitutivos das palavras ou itens lexicais e de um léxico que se estruturam a partir de mecanismos fonológicos, sintáticos e semânticos que apresentam também especificidades, mas seguem também princípios básicos gerais. É dotada também de componentes pragmáticos convencionais codificados no léxico e nas estruturas da Libras e de princípios pragmáticos que permitem a geração de implícitos, sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais (BRITO, 1998, p.23).

De acordo com essa afirmação, percebe-se que assim como na Língua Portuguesa, A Libras, também é constituída por parâmetros fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que constroem a sua gramática. Por ser uma língua mais visual, apesar dos parâmetros semelhantes ao do português brasileiro, sua estruturação é o que difere das demais e estabelece a Libras como um novo sistema linguístico, ou seja, uma nova Língua.

Segundo Graciele Kerlen Pereira (2010), a Libras tem sua estrutura gramatical organizada a partir de alguns parâmetros que estruturam sua formação nos diferentes níveis linguísticos. Três são seus parâmetros principais ou maiores: a Configuração da (s) mão (s) - (CM), o Movimento - (M) e o Ponto de Articulação - (PA); e outros constituem seus parâmetros menores: orientação de mão - (Or ou Om) e as expressões não-manuais - faciais ou corporais - (ENM).

Parâmetros fonológicos:

- Configuração de mão (CM)
- Localização ou Ponto de Articulação (PA).
- Movimento (M).
- Orientação e direcionalidade (Or).
- Expressões não – manuais (ENM).

a) **Configuração da mão (CM):** é a forma que a mão assume durante a realização de um sinal. Por conta de muitos fatores, já foram registrados diferentes números para indicar o total de configurações de mão, em diferentes pesquisas podemos encontrar 46, 61, 62, 63, 64, 74, 75,79 e 81. Atualmente, a mais aceita no mundo acadêmico conta com 61 configurações de mão, como mostra a imagem.

Figura 1: Configuração de mão



(FONTE: Google imagens – <https://www.libras.com.br/os-cinco-parametros-da-libras>)

- b) **Localização ou Ponto de articulação:** indica o posicionamento na área do corpo em que o sinal é reproduzido. Essas áreas estão divididas entre cabeça, mão, tronco e espaço neutro (assim denominado por não ter apoio de nenhuma parte do corpo).
- c) **Movimento (M):** remete ao deslocamento da mão no espaço ao realizar o sinal. Pode ser exemplificado com a diferenciação da letra C e Ç, em que na segunda ocorre uma pequena tremulação da mão para indicar o sinal de cedilha.
- d) **Orientação de mão (Om):** indica a direção para a qual a palma da mão aponta na produção do sinal, para cima, para baixo, para o lado, para frente etc. Também pode ocorrer a mudança de orientação durante a execução de um sinal. Este parâmetro também é utilizado para indicar a pessoa de quem se fala ou com quem se fala.
- e) **Expressões não manuais (ENM):** este parâmetro refere-se aos movimentos faciais e corporais que apresentam diferentes funções. Podem marcar referência específica, referência pronominal, partícula negativa, advérbio, grau ou aspecto, diferenciando assim os itens lexicais, além de marcar as construções sintáticas como as orações interrogativas, exclamativas etc.

Um dos aspectos morfológicos que encontramos na gramática da Libras está relacionado aos empréstimos linguísticos do próprio sistema da Libras, como por exemplo, a formação da palavra ESCOLA que é formada através da junção de duas palavras, CASA + ESTUDAR, nesse caso, os sinais das duas palavras acopladas, formam o sinal para indicar o sinal de ESCOLA.

Um dos aspectos sintáticos em literaturas sobre a Libras aponta para a formação das frases. O foco na frase pode ser voltado para o objeto. O que pode revelar uma estrutura como sujeito + objeto + verbo “*Eu livro perder*”. Outro ponto importante da sintaxe em Libras são os classificadores, os quais são os marcadores de concordância de gênero para pessoas, animais ou coisas.

A respeito de questões semânticas, a construção de um significado é dada através da noção de mundo que temos ao longo de nossas vidas.

Dentre as várias possibilidades de investigação do significado, uma delas, se concentra no estudo da relação existente entre as expressões linguísticas e o mundo. Não se pode negar que uma das características importantes das expressões linguísticas é que elas são sobre alguma coisa. [...]. Esse mundo sobre o qual falamos quando usamos a linguagem pode ser tomado como o mundo real, parte dele ou mesmo outros mundos ficcionais ou hipotéticos (FIORIN, 2010, p.138-139).

Agora que já conhecemos um pouco sobre os aspectos gramaticais da língua brasileira de sinais, vamos dar início ao conhecimento mais amplo sobre a comunidade surda e outras questões relacionadas à cultura surda.

1.1 Comunidade Surda

Nos dias de hoje, não há como falar da Língua Brasileira de Sinais sem mencionar a Comunidade Surda. Assim como o conceito de comunidade abrange um determinado comportamento de um grupo social, os Surdos também possuem sua comunidade, que não só agrupa pessoas Surdas, mas todas as pessoas que se identificam com a Cultura Surda, por meios profissionais ou famílias de pessoas Surdas.

Para entender melhor sobre a Comunidade Surda, é necessário comentar sobre a Cultura Surda. Esse termo que muito contribui para a construção, desenvolvimento e reconhecimento dessa comunidade.

Em um primeiro momento, é importante identificar o conceito de cultura para compreender o termo Cultura Surda. Cultura designa de maneira geral, o comportamento de um povo, as crenças, a língua e o estilo de vida que leva esse povo. Com a Cultura Surda não é diferente, os Surdos acreditam que o povo Surdo unido é capaz de movimentar e disseminar o respeito merecido para com as pessoas Surdas. A Cultura Surda tem como língua principal, se tratando de Brasil, a Língua Brasileira de Sinais. É verdade que muitos ouvintes também fazem parte dessa cultura, muitos por terem parentesco com o Surdo ou por fazerem parte do meio de tradutores e intérpretes da língua.

Ao tratar do conceito de cultura, a sociologia se ocupa em entender os aspectos aprendidos que o ser humano, em contato social, adquire ao longo de sua convivência. Esses aspectos, compartilhados entre os indivíduos que fazem parte deste grupo de convívio específico, refletem especificamente a realidade social desses sujeitos. Características como a linguagem, modo de se

vestir em ocasiões específicas são algumas características que podem ser determinadas por uma cultura que acaba por ter como função possibilitar a cooperação e a comunicação entre aqueles que dela fazem parte (RODRIGUES,2019 MUNDO EDUCAÇÃO).

Diante desse trecho, fica estabelecida a língua como uma forma relevante para a construção de uma cultura, no caso dos Surdos, a Libras é o ponto de partida para a formação dessa Cultura específica.

Vale destacar que, assim como nas outras culturas, não só a língua que estabelece o padrão de cultura dos Surdos, há também as diferentes maneiras de interpretação que eles têm sobre a concepção de mundo.

Na área da surdez encontra-se geralmente o termo “cultura” como referência à língua (de sinais), às estratégias sociais e aos mecanismos compensatórios que os surdos realizam para agir no/sobre o mundo, como o despertador que vibra, a campainha que aciona a luz, o uso de fax em vez de telefone, o tipo de piada que se conta etc. (SANTANA; BERGAMO,2005, p.572).

Desse modo, com a instauração de uma nova cultura, distintiva para as pessoas Surdas, constitui-se então a ideia de biculturalismo, ou seja, essas pessoas que antes usufruíam de uma cultura do universo dos ouvintes passam a adotar a Cultura Surda.

O biculturalismo designa o conjunto de referências à história dos surdos, o conjunto de significações simbólicas veiculadas pelo uso de uma língua comum, o conjunto de estratégias sociais e de códigos sociais utilizados de maneira comum pelos surdos para viverem numa sociedade feita por e para os ouvintes. É, portanto, uma cultura de adaptação à diferença e produtora de elo social (SANTANA; BERGAMO, 2005, p.572).

Segundo Schender *et al* (2012), “é preciso entender que os surdos têm sua própria Língua e que se comunicam como qualquer outro ser humano ouvinte, expressando até conceitos abstratos”. Dessa forma, já conseguimos ter a ideia de quanto importante se faz a Cultura Surda e que não se difere das demais e também possui suas características particulares como a Língua de Sinais, o modo como se comunicam e interagem entre si e entre muitos aspectos capazes de constituir uma Comunidade Surda.

Assim como a Língua Portuguesa falada no Brasil não é única e possui suas diferenças com o português falado em Portugal, por exemplo, por conta da cultura, a língua de sinais também não tem um padrão e se modifica de acordo com a cultura do país de uso. Dessa maneira, então, afirmamos que a Libras, como qualquer outra língua, também sofre com variações e ainda, especificamos que a sigla não segue um padrão e serve para identificar a Língua Brasileira de Sinais.

Cada língua de sinais tem suas influências e raízes históricas a partir de línguas específicas. Embora os sinais americanos tenham raízes nos sinais franceses, a ASL também sofreu influências dos sinais dos índios locais, formando a ASL moderna. Entretanto, é importante dizer que a coabitação da maioria das línguas de sinais com as línguas orais faz com que haja empréstimos, alternância e trocas linguísticas, mas isso não quer dizer que as línguas de sinais tenham suas origens ou raízes históricas nas línguas orais. (SCHENDER *et al*, 2012, p. 2).

Outro aspecto importante para destacar em relação à Comunidade Surda são as ideias defendidas pelos seus membros.

A comunidade dos surdos não aceita os termos: deficiente auditivo e surdo-mudo. Quanto ao “deficiente auditivo” é um termo médico, isto é, clínico. O termo surdo-mudo é incorreto, pois a maioria, não tem problemas com o aparelho fonador, podendo ser oralizados, ainda que a língua materna seja a Libras. Esses termos carregam na historicidade dos surdos preconceitos, que os fizeram sofrer muito. Então, o termo aceito pela comunidade dos surdos, simplesmente é surdo. (SCHENDER *et ali*, 2012, p. 2).

A Cultura Surda tem grande importância para os surdos, responsável por mostrar a significância que tem o surdo na sociedade, que eles podem e devem ter os mesmos direitos que cidadãos ouvintes, por mostrar também a relevância que tem o ensino de Libras para contribuir com a inclusão dos surdos na sociedade. Porém, assim como todas as regras possuem suas exceções, a instalação dessa cultura também nos faz pensar sobre a possibilidade de isolamento desse povo, uma vez que com características próprias, as ideias e comportamentos continuem servindo para a separação de dois polos entre Surdos e ouvintes. Esse pensamento nos faz refletir, ainda mais em como o ensino de Libras e todas as questões relacionadas a esse assunto são essenciais para a melhor convivência entre os povos e

inclusão na sociedade. Não tratando apenas de aceitação e sim respeito às diferenças do próximo.

As Identidades Surdas são relevantes, pois nelas são impressas toda a luta que as pessoas Surdas e ouvintes que fazem parte, de alguma forma, da Comunidade Surda tiveram para obter seu espaço na sociedade. O direito de serem reconhecidos como cidadãos, assim como são os ouvintes.

A identidade seria uma construção permanentemente (re)feita que buscaria tanto determinar especificidades que estabeleçam fronteiras identificatórias entre o próprio sujeito e o outro quanto obter o reconhecimento dos demais membros do grupo social ao qual pertence. Seria, portanto, nessa relação, no tempo e no espaço, com diferentes outros que o sujeito se construiria (SANTANA; BERGAMO, 2005, p.568).

A Identidade Surda não é única, vários tipos foram conceituados, capazes de definir e identificar adequadamente cada indivíduo surdo de acordo com suas singularidades. A professora doutora Gladis Perlin estabeleceu esses diferentes tipos de Identidades Surdas, que podem ser encontrados no artigo, para a Revista Feneis, publicado em junho de 2002, são eles:

Identidade política: como o próprio nome já diz se refere a uma identidade marcada pela forte influência política surda, os Surdos agem como militantes, ou seja, defendem a Comunidade Surda e toda a cultura surda relacionada; reconhecem que são Surdos, aceitam e defendem o comportamento dos Surdos, fazem o uso constante da língua de sinais pois a comunicação é totalmente visual e com o uso das mãos. Possuem características específicas:

Eles têm o costume bastante presente que os diferencia dos ouvintes e que caracteriza a diferença Surda: a captação da mensagem é visual e não auditiva. O envio de mensagens não usa aparelho fonador, usa as mãos; Entram facilmente na política com identidade Surda, onde impera a diferença: necessidade de intérpretes, de educação diferenciada, de Língua de Sinais, etc.;[...]Esta identidade assume características bastante diferenciadas é preciso lembrar aqui que, por exemplo, a identidade Surda genealógica traz sinais vividos e provados durante gerações, por exemplo, na Itália há uma família de Surdos de mais de 40 gerações os filhos de pais Surdos; os Surdos que nasceram Surdos tem família ouvinte e entraram em contato com a comunidade Surda já em idade adulta.
(PERLIN, 2002, p. 15-16)

Identidade Surda Híbrida: neste espaço também é conhecida como hibridismo, esta identidade está relacionada ao indivíduo que nasceu ouvinte e por algum acidente ou doença ao longo da vida torna-se Surdo e por isso, passa a aderir à Cultura Surda e seus comportamentos, mas continuam frequentando o espaço dos ouvintes. Essa identidade também conta com questões específicas para seu reconhecimento:

[...] conhecem a estrutura do português falado, decodifica a mensagem em português e o envio ou a captação da mensagem vez ou outra é na forma da língua oral; usam língua oral ou Língua de Sinais para captar a mensagem. Esta identidade também é bastante diferenciada, alguns não usam mais a língua oral e outros usam Sinais sempre; convivem pacificamente com as comunidades Surdas; assimilam um pouco mais que os outros Surdos, ou não conseguem assimilar a ordem da língua falada, tem dificuldade de entendê-la. (PERLIN, 2002, p. 15-16)

Identidade Surda Flutuante: essa identidade recebe esse nome por tratar das pessoas Surdas que não se identificam como Surdos, como se não fizessem parte de nenhum lugar e ficam flutuando no espaço. Refutam a Cultura Surda e possuem preconceito com a língua e com o comportamento de Surdos, entre os traços mais marcantes estão:

Seguem a representação da Identidade ouvinte; Estão em dependência no mundo dos ouvintes, seguem os seus princípios, respeitam-nos, colocam-nos acima dos princípios da comunidade Surda, às vezes competem com os ouvintes, pois que são induzidos no modelo da identidade ouvintes; Não participam da comunidade Surda, associações e lutas políticas; Desconhecem ou rejeitam a presença do intérprete de Língua de Sinais; Orgulham-se de saber falar “corretamente”; Demonstram resistências a Língua de Sinais e a cultura Surda visto que isto, para eles, representa estereótipo; Não conseguiram identificarem-se como Surdos, sentem-se inferiores aos ouvintes; isto pode causar muitas vezes depressão, fuga, suicídio, acusação aos outros Surdos, competição com os ouvintes, há alguns que vivem na angústia no desejo contínuo de serem ouvintes; São vítimas da ideologia oralista, da inclusão, da educação clínica, do preconceito e do preconceito da Surdez. (PERLIN, 2002, p. 15-16)

Identidade Surda embaraçada: essa identidade pode ser confundida com a Identidade Flutuante, pois se parecem na questão de não saberem a que espaço permanecem. Na verdade, possui esse nome por não ser ou desconhecerem a Identidade Surda como uma questão cultural a ser defendida.

Esta identidade não consegue captar a representação da identidade Surda nem da Identidade ouvinte como fazem os flutuantes; sua comunicação é por alguns Sinais incompreensíveis às vezes; não tem condição de dizer onde moram, seu nome, sua idade, etc... Não tem condições de usar Língua de Sinais, não lhe foi ensinada, nem teve contato com a mesma; São pessoas vistas como incapacitadas; neste ponto, determinam seus comportamentos, vida e aprendizados; é uma situação de deficiência, de incapacidade, de inércia, de revolta. Existem casos de aprisionamento de Surdos na família, seja pelo estereotipo ou pelo preconceito, fazendo com que alguns Surdos se tornem embaraçados. (PERLIN, 2002, p. 15-16)

Identidade Surda de Transição: essa identidade representa os surdos que por algum motivo, social ou econômico se afastaram ou não obtiveram contato com a Cultura Surda e aos poucos vão retornando e reestabelecendo o vínculo com a cultura. Geralmente são filhos de pais ouvintes e, portanto, fazem parte das duas culturas, sendo a Cultura Surda a pretendida para a aprendizagem.

No momento em que esses Surdos conseguem contato com a Comunidade Surda, a situação muda eles passam pela des-ouvintização, ou seja, rejeição da representação da identidade ouvinte; Embora passando por essa des-ouvintização, os Surdos ficam com sequelas da representação, o que fica evidenciado em sua identidade em construção; Há uma passagem da comunicação visual/oral para a comunicação visual/sinalizada; Para os Surdos em transição para a representação ouvinte, ou seja, a identidade flutuante se dá ao contrário. (PERLIN, 2002, p. 15-16)

Identidade Surda de diáspora: o conceito de diáspora está ligado à fuga de minorias de um lugar para outro, seja por busca de melhores condições de vida ou por perseguição de algum grupo que se julga superior. Nesse caso, essa identidade recebe esse nome como forma de identificar o Surdo quando vem de outro lugar, estado, cidade ou país diferente. Segundo Perlin, 2002, ela pode ser identificada como o Surdo carioca, o Surdo brasileiro, o Surdo norte-americano. É uma identidade muito presente e marcada.

Identidade Surda intermediária: recebe essa identificação por tratar dos Surdos que vivem no meio de Surdo e ouvintes, fazem uso da Cultura Surda, mas também fazem uso de aparelhos auditivos para a contribuição da melhora do som. Por isso, acabam tendo dificuldade de encontrar sua Identidade Surda, pois não se comportam totalmente como Surdos e também não são totalmente ouvintes, além de já possuírem outra identidade fora do universo da surdez.

Essas pessoas têm outra identidade, pois tem uma característica que não lhes permite a identidade Surda, isto é, a sua captação de mensagens não é totalmente na experiência visual que determina a identidade Surda. Apresentam alguma porcentagem de surdez, mas levam uma vida de ouvintes; assume importância para eles o treinamento do oral, o resgate dos restos auditivos; Busca de amplificadores de som. Não fazem uso de intérpretes de cultura Surda, de Língua de Sinais etc. (alguns adoram língua de Sinais por hobby);

Quando presente na comunidade Surda, geralmente se posiciona contra o uso de intérpretes ou considera o Surdo como menos dotado e não entende a necessidade de Língua de Sinais de intérpretes; tem dificuldade de encontrar sua identidade visto que não é Surdo, nem ouvinte. Ele vive como pendulo, ora entre Surdos, ora entre ouvintes, daí seu conflito com esta diferença (PERLIN, 2002, p. 15-16)

Diante de todas essas identidades conseguimos entender as diferenças e compreender a importância que tem a constituição de uma Comunidade Surda.

1.2 Barreiras da Comunicação

Depois de apresentar os vários tipos de Identidades Surdas, é compreensível explicar sobre as barreiras na comunicação. Como vimos nas identidades, pessoas Surdas ainda enfrentam a dificuldade na hora de se comunicarem ou de receberem alguma informação. Para isso, é necessário comentar sobre essas barreiras da comunicação, como o nome já bem diz, são obstáculos que dificultam o diálogo entre as pessoas, seja por causa de uma má interpretação ou porque no momento de sua captação algo acontece e prejudica o entendimento ou a mensagem é distorcida por algo ou alguém, o fato é que essas barreiras, no espaço da Libras, essa situação é possível e até mesmo comum de acontecer entre Surdos e Surdos ou entre surdos e ouvintes.

Tendo em vista o quão prejudicial essas barreiras podem ser para os falantes de Língua de Sinais, este trabalho visa alertar a importância de dar um fim nessas barreiras para que a comunicação seja clara e o indivíduo Surdo tenha mais facilidade de inclusão na sociedade.

Para isso, foi criado o Estatuto da pessoa com deficiência, segundo a Constituição Federal de 1988, o qual defende a inclusão social não só de pessoas Surdas como para todos os portadores de deficiência física.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.)

O Estatuto da Pessoa com Deficiência também visa e defende a educação inclusiva: Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.)

O estatuto da pessoa com deficiência foi estabelecido para que os assegurados nessa condição tenham o direito à educação dentro de um sistema que atenda as necessidades especiais requeridas por essas pessoas.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar. (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.)

Considerando que este trabalho está voltado para o ensino de libras para ouvintes na educação básica, julga-se importante ressaltar que a educação para os surdos, que fazem o uso de Libras para a comunicação, deve ser posta em evidência e defendida como educação especial

IV - Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas[...]

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.)

Diante desses incisos citados anteriormente vale salientar que a surdez é considerada deficiência apenas no âmbito de leis, as quais tornaram-se essenciais para o reconhecimento de Libras como língua, além de eficazes na defesa dos espaços para os Surdos.

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do **caput** deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - Os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; (Vigência)

II - Os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (Vigência) (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.)

É muito importante reconhecer que a criação dessa lei é necessária e muito contribui para o desenvolvimento e para a conservação da Cultura Surda e de toda a luta que existe e resiste o povo Surdo. Inegável que muitas conquistas já foram reconhecidas por direito, mas muito ainda deve ser feito. Educação é um direito de todos.

2. Educação Básica

Discutiremos nesta seção sobre a educação básica, sua importância, os objetivos, as transformações ao longo dos anos, o que mudou o que se manteve e o que ainda pode ser renovado. Para isso, é preciso compreender, em um primeiro momento, sobre o que exatamente é a educação básica. A educação básica refere-se ao ensino dos primeiros anos escolares da vida de uma criança, corresponde, na maioria das escolas, ao que chamamos de ensino fundamental I e ensino fundamental II, ou seja, do 1º ao 4º ano, e do 5º ao 9º ano, respectivamente. Para melhor entender, veja o que cita o artigo 22 e o inciso IV do artigo 24 da LDB (Lei de Diretrizes e Base da educação nacional) sobre a educação básica.

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. [...]

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o

ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares; **(LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996)**

É quando a criança está iniciando seus passos na escolarização. É importante destacar esse assunto, pois foi partindo dessa ideia que se obteve como pontapé inicial para a produção dessa pesquisa.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) [...] § 10. A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017) **(LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996)**

Tendo como proposta analisar e induzir uma educação com ensino de Libras para ouvintes na educação básica que se torna importante a discussão acerca desse subtema. Mais especificamente, vamos debater sobre esse ensino em escolas de educação regulares, ou seja, escolas que, a priori, não possuem nenhum tratamento especial para com os alunos, englobam apenas os assuntos restritos de uma escolarização básica, ou seja, tem como objetivo ensinar a leitura, escrita, operações matemáticas simples, ensino de história e questões sociais e, num segundo instante, a consolidação de toda essa aprendizagem.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) [...] IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. **(LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996)**

Essa lei também aborda sobre os profissionais na área da educação básica e todos critérios necessários para que a criança ou jovem que necessitem de atendimento especial sejam atendidos adequadamente.

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996)

Outra mudança interessante para a educação que devemos destacar é sobre a Convenção da Onu defendida em 13 de dezembro de 2006 sobre os direitos de pessoas com deficiência a qual destacam-se os propósitos relevantes para a inclusão dos surdos na sociedade.

1. “Comunicação” abrange as línguas, a visualização de textos, o braile, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação;
2. “Língua” abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada; (CONVENÇÃO DA ONU, 2006)

Esses propósitos colaboram para que a Libras seja entendida como língua e como comunicação e junto com essas ideias vale destacar também a Meta 4 do plano nacional de educação que combinada à LDB, contribuem para que a inclusão do ensino de Libras seja possível e apropriado nas escolas, tanto especial como as de ensino regular

4.3) implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas; **4.4)** garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno; [...] **4.7)** garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva

de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;**4.8**) garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado; (meta 4 do PNE,(Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007) (META 4 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO,

Desde quando foi criada a primeira escola, ainda nos meados do século XVI, muitas mudanças ocorreram e cada dia que passa as alterações na educação básica são permanentes, não só por parte dos professores que criam ideias para aprimorar o ensino e aprendizado dos alunos, mas também por parte de governantes que funcionam como as autoridades capazes de tornar essas mudanças reais. A exemplo disso, temos a criação dos CIEPs, os Centros Integrados de Educação Popular, iniciados no governo de Leonel Brizola, que fez que esses centros ficassem conhecidos como Brizolão e deram oportunidades para crianças e jovens que não tinham/tem condições de receberem uma educação digna e de qualidade, a proposta desses CIEPs era manter as crianças na escola, com alimentação e disponibilidade de material escolar e a ideia de uma educação completa com ensino integral.

Instituições idealizadas no Brasil para a experiência de escolarização em tempo integral, voltadas para as crianças das classes populares, tentando atender as suas necessidades e interesses.

Os CIEPs foram criados na década de 80 por Darcy Ribeiro, quando era Secretário da Educação no Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola. O objetivo era proporcionar educação, esportes, assistência médica, alimentos e atividades culturais variadas, em instituições colocadas fora da rede educacional regular (MENEZES; SANTOS, 2001, EDUCA BRASIL).

Conforme os anos foram passando, e os governos foram alternando, a atenção para esses CIEPs foi sendo deixada de lado e esses centros de ensino foram cada vez mais entrando em estado de degradação. Os projetos para educação foram tomados apenas como motivo para a garantia de votos.

Profissionais acreditam que uma boa educação é capaz de formar bons cidadãos, conseguiram acompanhar os processos evolutivos da tecnologia e usar esse serviço ao seu favor, por exemplo, a implementação de computadores para as aulas em laboratórios de informática, recursos como projetores que auxiliam em uma aula mais dinâmicas, entre outras possibilidades de fazer da tecnologia uma aliada da educação.

Para quem ainda estiver se perguntando o motivo de todas essas ideias expostas, é fácil explicar, a educação básica é a base para escolarização, os alunos garantem um diferencial na área de conhecimento. É na educação básica que surge a ideia de implementar o ensino de Libras para ouvintes, garantindo a melhora ao ensino e maior possibilidade de inclusão nas escolas e na sociedade de modo geral.

A defesa de um ensino de língua de sinais para alunos ouvintes, nas escolas com ensino regular é imprescindível se pararmos para pensar em como esse aprendizado pode contribuir para o desenvolvimento da inclusão. A inserção de Libras para ouvintes funciona como uma ideia que pensa no futuro, em que cidadãos ouvintes saberão se comunicar com indivíduos surdos, ou que pelo menos a discriminação e exclusão por qualquer desculpa seja extinta.

Para complementar essas ideias, é relevante mencionar as políticas públicas no âmbito da educação e como essas políticas podem auxiliar no crescimento e valorização da educação.

2.1 Políticas Públicas

Como foi dito anteriormente, as políticas públicas são necessárias para o reconhecimento da importância de uma boa educação no país, segundo a Lei de Diretrizes da Base da Educação que estabelece as normas para a base da educação em âmbito nacional.

TÍTULO I

Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

- VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - Garantia de padrão de qualidade;
- X - Valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018) (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996)

Tendo em vista os incisos que constam nessa lei, o tema dessa pesquisa mostra seu significado para a contribuição na educação básica. A partir dessas diretrizes que foi possível a criação de uma Base Comum Curricular Nacional, segundo o Portal do MEC, essa base tem como objetivo servir como guia para melhorar a qualidade da educação no país por meio da organização de um nível de aprendizagem e desenvolvimento que todos têm direito.

Segundo o Portal do Ministério da Educação (MEC) “A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”.

Desse modo, finalizamos esse assunto considerando que a ideia da inserção do ensino da Língua de Sinais em escolas convencionais faz jus ao que é proposto pela Lei e pela Base Nacional Comum Curricular, pois a sugestão dada se encaixa no objetivo que tem essa base para o país que é a construir uma “sociedade mais justa, democrática e inclusiva”.

A Língua Brasileira de Sinais é reconhecida publicamente como uma língua no Brasil, em virtude da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que apresenta a seguinte regulamentação:

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002).

Assim como a lei reconhece a Libras como língua para comunicação da comunidade surda no Brasil, outras leis relacionadas a essa língua de sinais foram publicadas, dando mais visibilidade para a Língua Brasileira de Sinais. Para exemplificar, segundo o decreto 5.626/2005, o Prolibras (Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e para a Certificação de Proficiência em

Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa) foi criado pelo Ministério da Educação –MEC.

O Prolibras tem como objetivo realizar exames de qualificação a nível nacional para a certificação da proficiência no uso e ensino da Libras e qualificação de tradutores intérpretes da Língua. A criação dessas leis, assim como outras, também no âmbito das línguas de sinais e voltada para as questões dos surdos, dão suporte para o crescimento e reconhecimento da língua no país e auxiliam para que muito ainda possa ser feito para a integração da população surda do país.

3. Metodologia

Esta é uma pesquisa que se caracteriza como qualitativa, teve como fonte para sua realização, conteúdos da internet, como artigos previamente publicados online, artigos de revistas eletrônicas e web sites com informações relacionadas ao assunto tratado em questão, além de diplomas legais publicados que pudessem contribuir para o maior e melhor entendimento do tema abordado.

Quanto à sua natureza, refere-se a uma pesquisa básica, a qual atua em busca da produção de novos conhecimentos para os avanços de estudos nessa área, sem a necessidade de analisar realizações práticas para que sejam confirmados.

Do ponto de vista dos objetivos, possui caráter descritivo e exploratório, ou seja, foram analisadas produções relacionadas ao tema, Ensino de Libras para ouvintes na Educação Básica, com o intuito de analisar e defender a importância da inserção desse ensino e da aprendizagem de Libras nas escolas comuns. Dessa forma, direciona-se para análise aprofundada de ensino da educação básica e como poderia ser possível inserir o ensino de Libras para ouvintes na educação básica e construir uma sociedade mais democrática.

Os procedimentos utilizados para a realização dessa pesquisa configuram-se como bibliográfico, pois o trabalho foi elaborado através de material já publicado online que defendem o ensino de Libras na educação básica e mostram a importância do conhecimento da Cultura Surda não só para reconhecimento e fortalecimento dessa língua e do sujeito Surdo como também para mostrar o valor que tem a inserção dessa cultura para a legitimação de uma sociedade inclusiva.

Para compor o corpus desta pesquisa foram analisados 8 artigos científicos, publicados entre os anos de 2002 e 2019, que tivessem como tema principal a inclusão do ensino de Libras na Educação Básica. Segue lista com títulos dos artigos e instituições de Ensino Superior cujos autores se filiam.

A Cultura e Identidades Surdas: Encruzilhada de Lutas Sociais e Teóricas. Ana Paula Santana – Universidade Tuiuti do Paraná; Alexandre Bergamo - Universidade Estadual Paulista (UNESP, Marília)

A Libras como disciplina na Educação Básica: uma pesquisa com professores da rede estadual de Caxias-MA - Eulânia Maria Ramos Bastos - UFMA

As Diferentes Identidades Surdas – Gladis Perlin – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade Surda - Klim Wertz Schender; Anaís de Sousa Benincasa; Beatriz Cardoso Santos; Bete Rafa Faria dos Santos; Carla Regina Pereira Felisbino Santos; Deuzanete Virginio de Souza Silva; Dimas Silva de Sousa; Fernanda Luíza da Silva; Gleice Conceição Santos; Maria Solange de Jesus Lima, Natalie França Cardozo; Priscila Reis do Nascimento; Talita de Souza Aqueu; Vanessa Ribeiro da Silva – Faculdade do Guarujá

Ensino de libras para alunos da Educação Básica por meio de uma Ação Extencionista- Merlânia Lino da Silva; Ana Cristina Silva Daxenberger – Universidade federal da Paraíba (UFPB)

O Ensino da Libras na Educação Básica – Keyla Mendes (WEBaertigos)

O Ensino da Libras no Ensino Fundamental – Juliana Acácio Cordeiro de Lima; Eduardo Beltrão de Lucena Córdula – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues? – Sylvia da Silveira Nunes; Ana Lúcia Saia; Larissa Jorge Silva; Soraya D’angelo Mimessi – Universidade Federal de Itajubá - MG

4. Análise de dados

De acordo com as produções analisadas para a realização desta pesquisa, pode-se concluir que o objetivo de grande parte dos estudos feitos visa inserir o ensino de Libras para ouvintes na educação básica em escolas comuns com a ideia de mostrar a importância que tem a inclusão de Libras como disciplina nos currículos escolares.

Dos 8 artigos analisados, o estudo feito na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com realizações práticas de pesquisa, foi constatado interesse significativo por grande parte de alunos ouvintes nas aulas de Libras realizadas como experimento para pesquisa. As graduandas de Licenciatura em Ciências Biológicas do Centro de Ciências Agrárias (CCA) O artigo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), aponta que as crianças ouvintes que despertaram interesse na aprendizagem da Libras, expandiram os seus conhecimentos adquiridos para além da sala de aula, repassando o que foi ensinado para seus pais e colegas. Mesmo depois de uma temporada de férias essas crianças mantiveram o interesse e se recordavam de lições aprendidas. Esses dados coletados imprimem grande valor quando defendemos o ensino de Libras na educação básica e alegamos a importância que tem esse ensino para construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Outro ponto analisado neste artigo foi o fato de que com ensino de Libras para as crianças, outros funcionários da escola tomaram interesse pela língua e quiseram aprender o uso da Libras. O ensino da Língua Brasileira de Sinais na educação básica em escolas comuns é para ser encarado como algo que não só irá despertar o interesse dos alunos, mas de funcionários que atuam em diferentes áreas escolares, ampliando o nível de inclusão para com as pessoas surdas.

Entre outras pesquisas analisadas para a análise desses dados, nos 4 artigos: A Libras como disciplina na Educação Básica: uma pesquisa com professores da rede estadual de Caxias-MA; O Ensino da Libras na Educação Básica; O Ensino da Libras no Ensino Fundamental e Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues? Foram encontradas mais semelhanças que diferenças em relação ao tema abordado. Os estudos partem de um mesmo ideal e apontam quase que unicamente para a defesa da relevância do ensino e aprendizado da Libras para alunos ouvintes em escolas comuns.

A relação da educação básica nesse estudo é defendida com o pressuposto de que quanto mais cedo a criança ouvinte entrar em contato com a língua de sinais, menores serão as ocorrências de discriminação e exclusão de pessoas surdas, além de que as crianças mostraram também que podem promover a expansão para o (re)conhecimento da Cultura

Surda e da Libras, aptas a tornar a sociedade brasileira inclusiva, tendo como base esse conceito apresentado na maioria dos artigos analisados.

Outra ideia de destacada dentro dos estudos analisados, no artigo Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues? Encontramos a proposta de tornar as escolas comuns em escolas bilíngues, possibilitando o acolhimento e interação entre alunos ouvintes e surdos sem distinção. Os estudos retratam também sobre a capacitação de professores na área de Libras para que sejam aptos a interagir e atender crianças surdas.

Das divergências encontradas, 1 estudo sobre a surdez e educação, do artigo Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues? Defende que a criação de escolas para surdos não seria a melhor maneira de inclusão, uma vez que, nesse sentido, as crianças Surdas estariam interagindo apenas com outras crianças Surdas e essa prática não resultaria a inclusão desejada advinda da convivência entre Surdos e ouvintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o projeto para esta pesquisa, constatou-se que a língua brasileira de sinais (Libras), apesar de reconhecida por Lei, ainda não recebeu seu valor perante a sociedade e por isso, considerou-se necessário estudar sobre o ensino de Libras para ouvintes na educação básica em escolas comuns.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral, analisar estudos anteriormente publicados, com o intuito de defender a educação de Libras não apenas na área de conhecimento da linguagem, como, de modo geral, para o entendimento da cultura e com isso promover a diminuição e até extinção de qualquer preconceito que ainda exista com pessoas surdas e usuárias de Libras.

Esta pesquisa partiu da ideia de que quanto mais expandido fosse o ensino de Libras para os ouvintes, maiores seriam as chances de renovação da sociedade para uma sociedade inclusiva, na qual surdos e ouvintes possam conviver em harmonia e indivíduos surdos sejam seres completamente independentes nas realizações de suas tarefas.

Para isso, fez-se necessário, inicialmente, um breve relato sobre a história da língua de sinais no Brasil, passando pela breve apresentação de alguns aspectos gramaticais de Libras, comprovando que essa língua possui um sistema linguístico e por isso, é configurada como língua e não mímica (expressões corporais) como muitas pessoas ainda acreditam que seja.

Em seguida, descrevemos uma seção sobre algumas leis que apoiam e defendem a Libras e participantes da comunidade surda. Dentro desse capítulo, foi feita a abordagem sobre a cultura surda e as diferentes identidades surdas existentes, mostrando que pessoas surdas possuem diferenças entre si, que não são todos iguais e que merecem respeito como qualquer outro cidadão. Ainda na mesma seção, realizou-se exposição sobre as barreiras da comunicação, revelando dificuldades enfrentadas pelos surdos que fazem o uso ou não da Libras.

Logo após, a pesquisa mostra seu objetivo específico de analisar a educação básica do país, descrevendo o objetivo dessa educação e apontando as transformações ao longo dos anos, e como essas transformações podem auxiliar para a melhora da qualidade de ensino e de aprendizagem dos alunos, além da melhor capacitação dos profissionais da área da educação. Para isso, a implantação de políticas públicas que favorecem a inclusão do aluno surdas nas escolas, sejam elas especializadas ou não, foi tratada à luz da Lei de Diretrizes e Bases da

Educação e da Base Nacional Comum Curricular, documento que sugere a integração e inclusão na educação.

Sendo assim, concluímos a pesquisa acreditando que o ensino da língua brasileira de sinais (Libras) para ouvintes na educação básica, especialmente em escolas comuns, pode contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade em que não haja discriminação de qualquer esfera e que além de expandir o conhecimento das crianças. Essa pesquisa partiu da hipótese de que todas as pessoas merecem seus espaços na sociedade e merecem ser tratadas com parcialidade.

Acredita-se que quanto mais pessoas souberem sobre a cultura surda e sobre a Libras, melhor e mais fácil será o atendimento nos diversos espaços, como em farmácias, padarias, supermercados, delegacias, hospitais, entre outros estabelecimentos que hoje não contam com essa assistência, possibilitando o exercício da cidadania. É muito importante pensar nas necessidades de todos para que se criem soluções para o desenvolvimento de uma sociedade em que todas as pessoas possam ter igualdade e equidade.

REFERÊNCIAS

BASTOS, E.M.R. **A Libras como disciplina na educação básica: uma pesquisa com professores da rede estadual de Caxias-MA.** São Luis, UFMA, 2017. 38 reunião nacional ANPEd. UFMA, São Luis, 2017.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm> acesso em 25 nov. 2019

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 24 out. 2019

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> acesso em: 14 nov. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> acesso em 01 dez 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **PROLibras** (Libras). Disponível em: <<http://www.Libras.com.br/lei-proLibras>>. Acesso em 25 out. 2019.

CONVENÇÃO DA ONU. **Sobre os direitos de pessoas com deficiência.** Disponível em: < <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/convencao-da-onu-sobre-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>> acesso em 27 nov. 2019

FIORIN, J. L. **Introdução à Linguística II: princípios de análise.** 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

LIMA, J.A. C; CÓRDULA, E.B.L. **O ensino da Libras no ensino fundamental.** UFPB. Disponível em:< <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/9/o-ensino-da-Libras-no-ensino-fundamental>> acesso em 15 nov. 2019

MENDES, K, F. **O ensino da Libras na educação básica.** Webartigos, Rio de Janeiro, 22 jan. 2019. Disponível em: < <https://www.webartigos.com/artigos/o-ensino-da-Libras-na-educacao-basica/161133>> acesso em: 15 nov. 2019

MENEZES, E.T e SANTOS, T. H. Verbete CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil.** 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/cieps-centros-integrados-de-educacao-publica/>>. Acesso em: 14 de nov. 2019

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular.** Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> acesso em: 14 nov. 2019 .

NUNES *et al.* **Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues?.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v19n3/2175-3539-pee-19-03-00537.pdf>> acesso em 04 nov 2019.

PEREIRA, G. K. **Curso de Libras.** Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/incluir/Libras/curso_de_Libras_-_graciele.pdf> acesso em: 21 out 2019

PERLIN, G. **As diferentes Identidades Surdas.** *Revista Feneis*, n. 14, p. 15-16, 2002.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE). **Meta 4.** *NovaEscola.* Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/3000/pne-meta-4>> acesso em 27 nov. 2019

RODRIGUES, L. O. **Cultura. Mundo Educação.** Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/conceito-cultura.htm>> acesso em: 04 nov. 2019

SANTANA, A.P e BERGAMO, A. **Cultura e Identidade Surdas: Encruzilhada de lutas sociais e teóricas.** *Educ. Soc.* Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a13v2691.pdf>> acesso em 14 nov. 2019.

SCHENDER et al. **Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** Disponível em: <<http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170531150822.pdf>> acesso em 04 nov. 2019

SILVA, M.L; DAXEMBERGUER A.C.S. **Ensino de Libras para alunos da educação básica por meio de uma ação extencionista.** Campina Grande: UFPB, 2015. II CONEDU, Centro de Ciências Agrárias (CCA), UFPB, Campina Grande, 2015.